

- LXIII-

O DIREITO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ANALFABETOS: REFLEXÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DE SUA NEGAÇÃO

Walisson Mariano Carvalho Silva

Universidade Federal do Tocantins/UFT-BRASIL
mariano20.wm@gmail.com

Juciley Silva Evangelista Freire

Universidade Federal do Tocantins/UFT-BRASIL
jucy@uft.edu.br

Introdução

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revela que a Região Norte do Brasil possui a segunda maior taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais do país com 9,1% (IBGE, 2016) e o estado do Tocantins possui a taxa de 13,1% (IBGE, 2010). Em Augustinópolis, município pesquisado que se localiza no estado e região apresentados acima, possui uma taxa de analfabetismo de 22,3% na mesma faixa etária (IBGE, 2010).

A presente pesquisa busca apreender as consequências do analfabetismo na vida dos alunos que retornaram à sala de aula no 1º segmento da modalidade EJA em Augustinópolis-TO, resultado da negação de direitos. Para tanto, aplicou-se o grupo focal, metodologia que utiliza “[...] a interação grupal para produzir dados e insights que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo” (KIND, 2004, p.125). O presente trabalho busca contribuir com os debates sobre a negação de direitos sociais, em especial o direito à educação, e dentre estes a alfabetização de jovens e adultos que historicamente se arrasta com falta de políticas públicas eficazes direcionadas a essa modalidade de ensino.

Resultados e discussões

Para a realização da pesquisa, o professor da turma permitiu que fosse utilizado 15 minutos do início da aula para ser realizada a pesquisa com os alunos na forma de grupo focal. Foram utilizados 3 pontos de discussão em forma de perguntas: Como é ser estudante fora da faixa etária? Quais as motivações que sensibilizaram o retorno para sala de aula? Como é ser um jovem ou adulto analfabeto? Dos 16 alunos frequentes na sala, somente 8 participaram, sendo 2 homens e 6 mulheres na faixa de 40 a 59 anos.

Com a primeira pergunta exposta em discussão – Como é ser estudante fora da faixa etária? – percebeu-se que é um grande desafio pela desmotivação social e familiar que sofrem quase que diariamente. O município de Augustinópolis é composto de 44% de pobre e/ou extremamente pobres, o que pode ser um fator que influencia fortemente no não acesso ao estudo na idade definida pela LDB (4 a 18 anos), pois os jovens pobres com 18 anos necessitam trabalhar para ajudar na renda familiar, e caso estude em um período tem que trabalhar no outro.

A maioria dos maridos das alunas também possuem dificuldades em ler e escrever, apesar de concordarem com a escolarização das esposas dificultam a ida das mesmas à escola. As desmotivações são demonstradas até pela frase citada por Paulo Freire, “papagaio velho não aprende a falar”, expressão ainda corriqueira para com os alunos da EJA do 1º segmento, que por ter a idade distante da obrigatória, são vistos como “incompetente, marginal, culturalmente inferior” (FÁVERO, 2004, p.15 *apud* SAMPAIO, 2009, p.16). Para combater a evasão escolar, o professor da turma pesquisada faz leituras motivacionais em toda aula sobre a importância de superar o analfabetismo.

A educação, institucionalizada desde o período colonial, demonstra que até hoje beneficia os herdeiros dos dominantes dentro do sistema econômico capitalista e exclui os dominados do processo de forma ideológica, instituindo no próprio pensamento do oprimido ideias do opressor (FREIRE, 1987). Apesar do direito à educação ser direito público subjetivo “podendo os governantes ser responsabilizados juridicamente pelo seu não oferecimento ou por sua oferta irregular” (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2005, p.5) ainda está sendo negada.

A terceira pergunta – Quais as motivações que sensibilizaram o retorno para sala de aula? – conduz para as questões cotidianas e econômicas que fizeram o grupo necessitar do conhecimento básico do sistema linguístico e matemático. Uma das questões apontadas foi a necessidade de melhorar a renda mensal, que fica impossibilitada pela dificuldade de aproveitar as oportunidades de emprego que exigem o ensino fundamental e ensino médio. Sentem-se limitados.

Todos os participantes recebem o benefício do Programa Bolsa Família e, segundo o Decreto 5.209/04, que regulamenta a lei do Programa, estão em situação de pobreza e extrema pobreza caracterizadas pela renda *per capita* da família. A situação de pobreza que envolve o grupo tem como consequência pais e mães também analfabetos, ou seja, reproduzem a situação dos pais.

A luta pela sobrevivência tem o trabalho como meio de manter a subsistência. Arroyo (2017, p.44) afirma que “No pensamento escolar é mais frequente vê-los como carentes e prometer que, se dominarem a leitura, sairão da pobreza”. Para sair da pobreza e extrema pobreza outros direitos necessitam ser garantidos e o direito à educação, como complemento, deve auxiliar no processo.

Algumas questões cotidianas que motivaram o grupo a retornar à escola perpassam pelo registro da digital em documento pessoal e em espaço de assinatura em documentos escolares; em

ter autonomia em se locomover no transporte intermunicipal e para fazer a lista de compras, identificar as promoções e o nome da marca dos produtos.

A última pergunta - Como é ser um jovem ou adulto analfabeto? – revelou que é sobreviver por conta das condições socioeconômicas em uma sociedade capitalista excludente e praticamente impedido de sair dessa condição educacional. O grupo definiu que ser jovem ou adulto analfabeto é ser excluído da sociedade.

E essa situação, Segundo Ferraro (2004, p.123), “[...] representam construções ideológicas que concorrem, de maneira articulada, para a identificação negativa, o desacreditamento, a estigmatização e a exclusão efetiva das pessoas analfabetas e, por fim, para a legitimação dessa exclusão”.

A exclusão social é percebida por meio da imersão em uma cultura letrada sem está letrado, porém são excluídos social, cultural, econômica e politicamente só por serem pobres ou extremamente pobres numa sociedade desigual e que tem como consequência a negação de direitos.

Considerações finais

A negação de direitos básicos para uma vida digna corrobora com a formação e ampliação da desigualdade social e educacional patrocinada pelos organismos multilaterais, representantes do sistema econômico capitalista que prioriza a concentração de renda.

A educação básica é direito subjetivo para a idade obrigatória e, também, para aqueles que não concluíram na idade obrigatória, porém os que precisam dela são desfavorecidos socialmente, e se percebem inúteis e incompetentes para retornar à escola.

Pontua-se que as consequências do analfabetismo na vida da turma pesquisada perpassam pela negação dos direitos básicos para viver dignamente, e dentro do conjunto desses direitos está o direito à educação. Daí advém o sentimento de exclusão da sociedade pela falta do domínio do sistema linguístico e matemático que impossibilita a realização de atividades cotidianas de forma autônoma.

Referências

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA, itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. **Perspectiva**, Florianópolis, v.22, n.1, p.111-126, jan./jun. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. ed.17ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/augustinopolis/pesquisa/23/25124?detalhes=true>. Acesso em: 20 set. 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KIND, Luciana. Notas para trabalhos com técnica de grupos focais. **Psicologia em revista**. Belo Horizonte, v.10, n.15, p.124-136. jun. 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.28, p.5-23. jan/abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acessado em: 12/01/2018.

SAMPAIO, Marisa Narcizo. Educação de jovens e adultos: uma história de complexidade e tensões. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v.5, n.7. p.13-27. jul/dez. 2009. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/241/253>. Acessado em: 12/01/2018.